

Palavras-chave: Mosteiro de S. João de Tarouca; Reconstituição arquitectónica; Arquitectura cisterciense

Key words: Monastery of S. João de Tarouca; Architectonic reconstitution; Cistercian architecture

ABSTRACT

The archaeological intervention in the monastery of São João de Tarouca began in April 1998 and involved a large rehabilitation project for this building (declared National Heritage) sponsored by the Instituto Português do Património Arquitectónico. The work already done, which should be completed in about two years, allows for a preliminary reconstruction of the original medieval monastic complex. The exact date of the installation of the Cistercian order in Portugal remains under debate. But the beginning of the construction of this monastery in 1154 makes it undoubtedly the earliest Cistercian building in the then young Iberian nation. New findings concerning design and building techniques reinforce this idea and indicate that the construction process progressed at a good pace. If the importance of this monastery for the understanding of Portuguese Cistercian architecture is clear, the archaeological work recently developed allows for its inscription in a larger, European context.

RESUMO

Tendo-se iniciado a intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca em Abril de 1998, integrado num amplo projecto de reabilitação deste Monumento Nacional por parte do Instituto Português do Património Arquitectónico, a evolução dos trabalhos permite já, a pouco menos de dois anos da sua finalização, uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do complexo monástica medieval original. À parte a polémica que rodeia ainda o momento da entrada da Ordem de Cister em território nacional, o início da edificação do cenóbio tarouquense, em 1154, torna-o quase indiscutivelmente a primeira construção cisterciense no então jovem reino ibérico. Este primado ganha renovada força à luz dos novos dados resultantes da intervenção em curso, onde a conformidade do traçado e técnicas construtivas, apontam para um rápido processo construtivo.

UMA PRIMEIRA PROPOSTA DE RECONSTITUIÇÃO ARQUITECTÓNICA DO MOSTEIRO CISTERCIENSE DE S. JOÃO DE TAROUCA

Luís Sebastian*
Ana Sampaio e Castro**

1. Introdução

Tendo-se iniciado a intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca em Abril de 1998, integrado num amplo projecto de reabilitação deste imóvel Monumento Nacional por parte do Instituto Português do Património Arquitectónico (Castro e Sebastian 2002; 2004; 2006), a evolução dos trabalhos permite já, a pouco menos de dois anos da sua finalização, uma primeira proposta de reconstituição arquitectónica do complexo monástica medieval original.

À parte a polémica que rodeia ainda o momento da entrada da Ordem de Cister em território nacional, dividindo-se a comunidade científica entre a questão da precedência temporal dos mosteiros de S. João de Tarouca e de S. Pedro de Lafões (Marques 1998, 32-47), o início da edificação do cenóbio tarouquense, datado de 1154 segundo inscrição no tímpano da porta dos monges (Barroca 2000, 254-258), torna-o quase indiscutivelmente a primeira construção cisterciense no então jovem reino ibérico. Este primado ganha agora renovada força à luz dos novos dados resultantes da intervenção em curso, onde a conformidade do traçado e técnicas construtivas, entre as quais se salienta a análise das marcas de canteiro (a Castro e Sebastian 2005, 399-422.), apontam para um rápido processo construtivo.

Apontando-se em média um período de vinte anos entre a fundação da nova comunidade monástica e a reunião das condições necessárias ao início da construção dos edifícios definitivos¹, o curto período decorrido entre o reco-

* Arqueólogo, IPPAR – Serviço Dependente do Mosteiro de S. João de Tarouca.
sebastiancastro@oninet.pt

** Arqueóloga

¹ O ritmo das obras de construção estava por regra sujeito ao fluxo financeiro da comunidade monástica, baseado sobretudo em doações e, a médio e longo prazo, na exploração agrícola dos terrenos doados e adquiridos por compra e escambo. A par de inúmeras e pequenas doações, o

nhecimento régio da comunidade tarouquense, em 1140, e o início dos trabalhos de construção em 1154 apontam para um processo anormalmente célere (Vasconcelos 1933, 63-64; Marques 1998, 33-41; Torre Rodriguez 1999, 86-97).

Com certeza suportado por um surpreendente fluxo de doações consertado com uma eficaz política de compras e escambos de propriedades, a gestão otimizada de recursos por parte da ordem francesa de Cister é hoje já uma redundância histórica, podendo-se constituir o mosteiro em causa como o primeiro exemplo deste fenómeno em território nacional, posteriormente secundarizado pelo sucesso do Mosteiro de S.ta Maria de Alcobaça.

Novamente datada por inscrição, junto à ombreira Sul da porta principal da fachada, a sagração da igreja em 1169 é novamente indicadora do elevado ritmo imprimido ao andamento das obras de construção (Barroca 2000, 333-369). Ainda que geralmente aceite a prática de sagrar o templo antes da sua finalização, contrapondo-se a urgente necessidade de culto à morosidade do processo construtivo, a localização desta inscrição aos pés da igreja pode ser teoricamente discordante, ainda que não de forma peremptória, com a tendência de iniciar a construção pela cabeceira, sagrada e aberta ao culto mesmo antes da conclusão do corpo. Menos indicativo e mais determinante, a observação do abundante número de marcas de canteiro indica igualmente uma ordem construtiva horizontalmente uniforme a toda a planta da igreja, evoluindo verticalmente. Se bem que ainda em curso, o estudo petrológico da silharia presente parece apontar já neste mesmo sentido.

Este inicialmente desconcertante exercício construtivo, para além de aparentemente pouco habitual, à luz do intermitente conhecimento actual nesta matéria, acarreta algumas interessantes implicações:

A montante pode-se então depreender que a este arrojo construtivo terá, por lógica material, correspondido a garantia do financiamento necessário, reforçando a especulação em torno do verdadeiro papel desta casa monástica com a ascensão e afirmação do reino da dinastia afonsina, mantida pela perca da quase totalidade do seu cartório no incêndio de 1841 do Seminário de Viseu, onde foi armazenado após a extinção das ordens monásticas em 1834.

principal impulso viria por regra de grandes doações da aristocracia local, regional e da coroa, sendo que a atribuição por parte desta de uma área de couto ao mosteiro representaria a primeira garantia de sustento e financiamento da comunidade monástica, beneficiando aí de jurisdição e cobrança fiscal. Deste princípio de financiamento resultava usualmente o arrastamento das obras, inclusive com longos períodos de suspensão dos trabalhos, e mesmo com sucessivas alterações das soluções estruturais e estilísticas empregues (Leroux-Dhuys 1999, 38).

A jusante, a comprovação deste facto reforça o papel do complexo monástico tarouquense como modelo arquitectónico por excelência do ideal cisterciense. Designado por diversos investigadores como “plano cisterciense” ou “bernardino”, a uniformização arquitectónica dos cenóbios cistercienses contrasta pela sua inflexibilidade em relação à prática usual na regra beneditina inicial e posteriores reformas, sendo a de Cluny dominante ao momento da cisão de Cister. Estando este facto inicialmente relacionado com o forte e centralizado controlo dos Capítulos Gerais de Cister, este era sequencialmente materializado a cada nova fundação pela implicação desta se fazer sobre a orientação de uma casa-mãe, gerando uma rede de inter-dependências e subordinações assaz uniformizadora de todos os aspectos da vida monástica.

A esta orgânica base, o período de acção de S. Bernardo definiria incontornavelmente os moldes da sua futura afirmação. Sendo responsável por uma prodigiosa expansão monástica num curto espaço de tempo, este mesmo sucesso ditaria ao futuro santo padroeiro da ordem a necessidade de criar processos de controlo, revendo-se na uniformização de formas e conteúdos o mais intuitivo de todos na manutenção da vital coesão da ordem.

De entre a forma, a arquitectura é naturalmente o mais expressivo dos factores, sobretudo se considerarmos o papel representado pelo espaço no contexto de clausura, elevando-se o edifício acima do puramente funcional e assumindo-se ao nível espiritual como a representação física do ideal cenobita. Tendo-se S. Bernardo pronunciado sobre quase todos os aspectos da vida monástica, a arquitectura recebeu de si sobretudo imposições de ordem estética, nas quais o despojamento é o tom dominante, sobretudo celebrado nas suas cartas denominadas “Apologia a Guilherme”, de 1123-1125, na questão que o opôs à ostentação da Ordem de Cluny. À parte da preponderância do ideário ascético no seu discurso arquitectónico, sabe-se que se terá mesmo envolvido directamente na condução de obras no seu mosteiro de Claraval e em algumas das suas casas-filhas (Leroux-Dhuys 1999, 40).

Não deixa pois de ser significativo que o momento do início da construção do Mosteiro de S. João de Tarouca se dê apenas um ano após a morte de S. Bernardo, quando a influência das suas ideias se encontra ainda no auge, com a sua canonização em 1174, sendo que a casa-mãe responsável pela fundação tarouquense na década anterior é, exactamente, Clairvaux, tendo por abade o próprio santo cisterciense. Se a isto juntarmos a mais que natural suposição de que o plano a executar dataria dos primeiros anos da década de

quarenta, com a filiação na nova ordem monástica e a chegada do núcleo inicial de monges de Claraval, compreender-se-á a tão íntima relação do traço empregue no Mosteiro de S. João de Tarouca com o movimento arquitectónico bernardino.

Às genéricas imposições ascéticas bernardinas no respeitante à forma e organização dos complexos monásticos cistercienses (b Castro e Sebastian 2005), impõe-se uma insistente uniformização de particularidades que se tornam difíceis de explicar apenas pelo respeito às imposições versadas pelo santo. O princípio de a cada nova fundação corresponder o envio de um grupo de doze monges da casa-mãe, portadores do conhecimento e prática da *regula* Cisterciense, abarca a quase certeza de com estes ser trazido o plano da nova construção, que com normais adaptações às contingências locais, expressaria a vontade da casa-mãe (Leroux-Dhuys 1999, 37).

Assim, às linhas gerais impostas centralmente de cariz funcional, formal e decorativo, dever-se-iam juntar indicações de pormenor da responsabilidade da casa-mãe, às quais devemos ainda somar a própria vivência dos doze monges por esta enviada, que na tradição oral da transmissão do conhecimento na área da arquitectura medieval, seria apenas natural que impusessem a recriação de soluções já observadas em cenóbios anteriores (Leroux-Dhuys 1999, 39).

No entanto, a esta recriação de base vivencial que podemos apenas pressentir, impor-se-ia certamente, pela sua forma mais estruturada, o conjunto de disposições comunicadas pela casa-mãe. Estas deveriam corresponder ao entendimento dominante, no momento e dentro da ordem, do conceito de plano ideal, podendo-se mesmo por isso afastar da forma pré-existente da casa-mãe. Deste princípio resulta o aspecto, aparentemente contraditório, de Cister e as subsequentes quatro fundações primogénitas criadas entre 1113-1115, La Férte, Pontigny, Morimond e Clairvaux, não representarem, na posterior fase de apogeu e expansão bernardinos, modelos ideais do designado plano cisterciense.

Se a vastidão do território de expansão cisterciense veio, ainda assim, a gerar regionalismos arquitectónicos, dentro dos quais o italiano e o inglês serão talvez os mais expressivos, pode-se reconhecer para o período de maior influência bernardina um conjunto de imóveis de destacada uniformização, quer entre si, quer em relação àquele que viria a ser considerado como o modelo cisterciense, de natural cunho francês, e para o qual o mosteiro de Fontenay se

viria a tornar o símbolo máximo, com envolvimento pessoal de S. Bernardo na sua concepção (Leroux-Dhuys 1999, 52).

A este último, fundado em 1119 por Claraval e tendo a sua igreja construída entre 1139-1147, podemos assim juntar os mosteiros franceses de Silvanés, fundado em 1136 e com a sua igreja construída entre 1150-1250; de Le Thoronet, fundado entre 1136-1176 e com a sua igreja construída entre 1160-1190; de Silvacane, fundado em 1144 e com a sua igreja construída entre 1175-1230; de Fontfroide, fundado em 1146 e com a sua igreja construída entre 1157-1210; de Sénanque, fundado em 1148; de Fontmorigny, fundado em 1149 e com a sua igreja construída entre 1160-1225; e de Flaran, fundado em 1151 e com a sua igreja construída entre 1180-1210.

Numa leitura transversal a este conjunto de imóveis, aos quais se poderia ainda juntar outros disseminados pela Europa ocidental, vários têm sido os autores a avançar com propostas de aproximação àquela que seria a planta ideal cisterciense, ou se quisermos, bernardina. De usual referência, a proposta de Wolfgang Braunfels (Braunfels 1975, 119-162) diferencia-se pouco da mais recente proposta de Jean-François Leroux-Dhuys (Leroux-Dhuys 1999, 52), sendo talvez sintomático o facto dos ainda mais recentes dados fornecidos pelas escavações arqueológicas no Mosteiro de S. João de Tarouca se aproximarem mais desta última.

Se é facilmente aceite o argumento da importância do Mosteiro de S. João de Tarouca para o conhecimento da arquitectura cisterciense em Portugal, pela sua primazia cronológica, a constatação da sua perfeita integração na concepção arquitectónica bernardina estende esta importância à compreensão do fenómeno cisterciense, assumindo assim uma dimensão europeia.

A esta argumentação devemos ainda juntar o facto de do conjunto de mosteiros românicos inicialmente existentes em território nacional, vários terem desaparecido fisicamente e, sobretudo, a maioria ter sido profundamente alterada nos períodos maneirista e barroco. De facto, dificilmente se pode observar uma fachada cisterciense medieval em Portugal, ou, não menos alvo de remodelações posteriores, possuímos qualquer claustro românico conservado.

Pela timidez das alterações feitas à igreja original do Mosteiro de S. João de Tarouca, nos séculos XVII e XVIII, esta permite-se ser, se sujeita a um trabalho de análise cuidada, decomposta nas suas diversas fases construtivas, após a eliminação das quais podemos isolar a construção original e observar, pela primeira vez, a mais plena construção bernardina em território português (Fig.1).

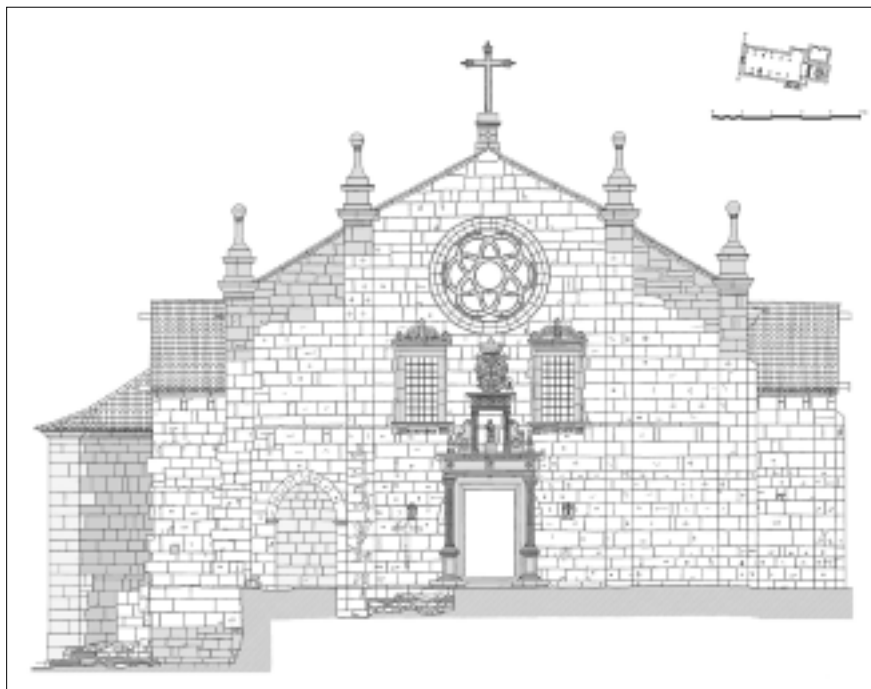


Fig. 1 - Registo gráfico do alçado exterior Oeste da igreja do Mosteiro de S. João de Tarouca, com leitura cronológica de paramentos.

© Ilustração de Hugo Pereira, Cristina Guimarães e Luís Sebastian

Ironicamente, o facto de as dependências monásticas terem sido vendidas em hasta pública após a extinção das ordens monásticas em Portugal, tendo sido desmanteladas para reaproveitamento da pedra, permite hoje, através do processo de escavação arqueológica, uma leitura impossível em edifícios conservados, permitindo decompor, em certos aspectos mais facilmente, as diversas fases construtivas. À análise facilitada das técnicas construtivas empregues, desta condicionante resultou mesmo identificarem-se situações de outra forma apenas suspeitadas, como a recolha de um anel de oração no interior da parede Sul da sala do capítulo, relacionado com o ritual de sagração e esconjuro do espaço em construção, constituindo-se como o primeiro caso comprovado arqueologicamente (Barroca et al., no prelo) (Figs. 2 e 3).

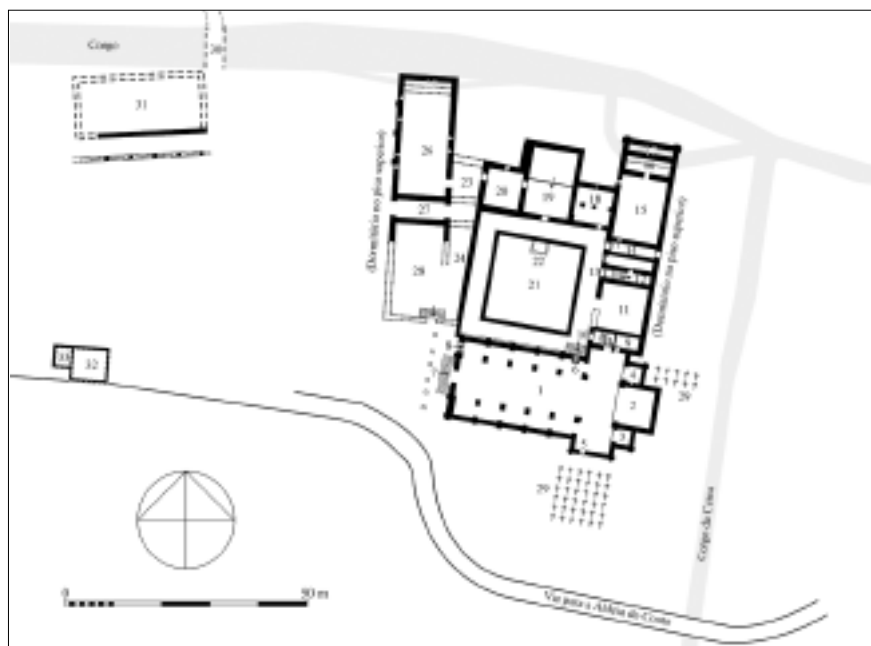


Fig. 2 – Reconstituição da planta do Mosteiro de S. João de Tarouca nos séculos XII-XIII.

© Ilustração de Luís Sebastian

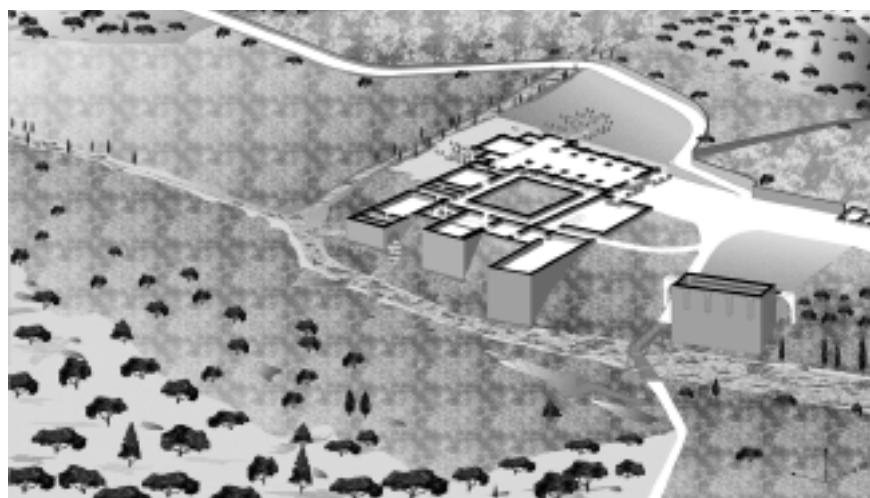


Fig. 3 – Reconstituição em perspectiva do Mosteiro de S. João de Tarouca nos séculos XII-XIII.

© Ilustração de Luís Sebastian

2. O plano tipo cisterciense aplicado ao Mosteiro de S. João de Tarouca

Encontrando-se a comunidade monástica cisterciense dividida entre monges e conversos, cabendo aos últimos libertar parcialmente os primeiros dos afazeres quotidianos, de forma a cumprir a totalidade dos ritos religiosos diários e, não menos importante, a obrigação de clausura, a planta do mosteiro cisterciense encontra-se organizada em duas metades opostas.

2.1. A ala dos monges

No seguimento do transepto da igreja desenvolve-se a ala dos monges, compreendendo a sacristia; o *armarium* para armazenamento dos livros litúrgicos, resultante do espaço sob as escadas de acesso da igreja ao dormitório no piso superior (a usar após o último rito do dia); a sala do capítulo, para a realização das reuniões capitulares onde a condução dos destinos da comunidade era decidida; a escada de acesso do claustro ao dormitório no piso superior (a usar no período diurno); um corredor de acesso do claustro ao exterior; o *scriptorium*, ou sala dos monges, para prática da leitura e da actividade copista; o noviciado, com funções paralelas às da sala dos monges; e as latrinas, com acesso apenas pelo dormitório no piso superior (Fig. 4).

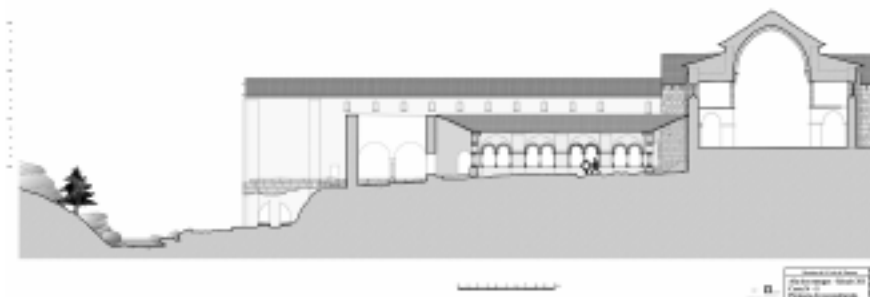


Fig. 4 - Proposta de reconstituição da ala dos monges do Mosteiro de S. João de Tarouca.

© Ilustração de Hugo Pereira, Cristina Guimarães e Luís Sebastian

2.1.1. A sala do capítulo

Impondo-se como um dos espaços mais importantes do complexo monástico, a sala do capítulo abre-se ao claustro através de uma ampla porta ladeada por janelas, comumente geminadas, destacando-se da sobriedade

geral das dependências monásticas por uma arquitectura excepcionalmente mais elaborada.

No caso do Mosteiro de S. João de Tarouca, a profunda destruição deste espaço impossibilita-nos uma reconstituição plausível do seu todo, com excepção da fachada, felizmente registada nos princípios do século XX por vários fotografos². Partindo então destes registos fotográficos, aos quais se juntou o único elemento arquitectónico recolhido em contexto de escavação arqueológica, correspondente a uma aduela de um dos arcos das janelas geminadas, transpôs-se com relativa facilidade as medidas verticais pela sua relação com o braço do transepto da igreja, ainda conservado.

De forma a vencer as medidas horizontais, procurou-se compreender o sistema aritmológico que esteve na base do traçado original. Partindo da análise aritmológica já realizada por Virgolino Jorge ao edifício da igreja, em que foi possível identificar o sistema dimensional empregue como tendo sido o Pé de rei (Cunha 2003, 24-28), aplicado em módulos de oito pés (Jorge 1997, 431-456), procurou-se aplicar à fachada da sala do capítulo este mesmo sistema francês, confirmando-se a aplicação do Pé de rei como medida padrão base, subdividindo-se, nos emolduramentos, nas correspondentes medidas inferiores segundo o sistema designado por Rui Maneira Cunha como Quina dos Mestres de Obra (Cunha 2003, 34) (Fig. 5).

2.1.2. O *auditorium* dos monges

Entre as escadas de acesso do claustro ao dormitório e o corredor de acesso ao exterior, também designado por Wolfgang Braunfels como *auditorium*, impõe-se a solução alternativa de um terceiro volume, que a existir permite o acesso e consequente aproveitamento como *armarium* do espaço inferior às escadas de acesso ao dormitório. Aproximando-se a proposta de Wolfgang Braunfels da solução que encontramos em Fontenay, a proposta de Jean-

2 Até ao momento podemos já identificar registos fotográficos do início do século XX da responsabilidade do Visconde de Briteande (Vasconcelos, 1933, p. 215, 353, 353), Ramalho Ortigão (Vasconcelos, 1933, p. 63, 136, 214), Padre Vasco Moreira (Vasconcelos, 1933, p. 132-135, 181, 200, 216, 217; Moreira, 1924, p. 53, 59, 63, 65, 67, 73), Aarão Lacerda (Lacerda, 1914, p. 149; Peres, 1929, Vol. II, p. 650), Marques Abreu (Moreira, 1911, p. 14, 15; Dionísio, 1988, p. 739, 741; Vasconcelos, 1992, p. 63-64; Revista Arte, Archivo de Obras d'Arte, n.º 73, pág. 6-7, n.º 74, pág. 14), Alberto Marçal Brandão (Arquivo da Família Marçal Brandão, propriedade de Maria Luísa Salgado Ferreira) e Domingues Alvão (Centro Português de Fotografia). De realçar que os três primeiros nomes deverão ser entendidos como os proprietários e/ou encomendadores dos registos feitos, desconhecendo-se a identificação dos fotografos responsáveis pelos mesmos.

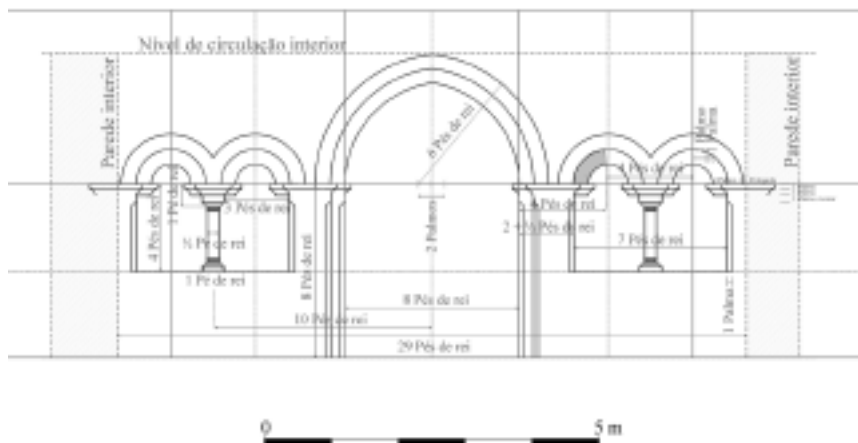


Fig. 5 – Proposta de reconstrução da fachada da sala do capítulo do Mosteiro de S. João de Tarouca, com anotação aritmológica de pormenor e geral segundo sistema *ad quadratum*. © Ilustração de Luís Sebastian

François Leroux-Dhuys encaixa perfeitamente na planta agora exumada do Mosteiro de S. João de Tarouca.

Insistindo na designação de *auditorium* que Wolfgang Braunfels atribui ao corredor de acesso ao exterior; a função deste relaciona-se com o papel do Prior; monge nomeado pelo abade como responsável pelos assuntos administrativos da comunidade, que desenvolvendo aqui a sua actividade recorria ao *armarium* sob as escadas de acesso diurno ao dormitório como espaço de armazenamento de documentação. Por ser permitido falar neste espaço de modo ao Prior tratar dos assuntos correntes com os restantes membros da comunidade, em oposição à geral obrigação de manter o silêncio nos espaços claustrais, ao termo *auditorium*, de ouvir, podia-se igualmente aplicar o termo *Locutorium*, de falar. Aproximamo-nos pois mais da interpretação apresentada por Jean-François Leroux-Dhuys, aparentando a solução de Fontenay não possuir a individualização deste espaço associado à actividade do Prior; que, garantidamente, teve também aí lugar (Leroux-Dhuys 1999, 66-67).

2.1.3. O noviçado

Peremptório no caso do Mosteiro de S. João de Tarouca é a ausência de um espaço individualizado para os noviços, à semelhança do observado para o caso de Fontenay.

2.1.4. As latrinas dos monges

Contrariamente, as latrinas exumadas durante os trabalhos arqueológicos divergem da solução corrente pelo facto de serem duplas³. O princípio geral de funcionamento passa pelo desvio de um braço de água a montante do ribeiro que, por regra, sobranceia o extremo da ala dos monges. Este é induzido a atravessar o corpo do edifício através de dois vãos opostos, resultando no fluxo constante de água sob o espaço de latrina situado no piso superior; com ligação ao dormitório. Contudo, no caso em análise, esta solução passa pela subdivisão do canal de passagem das águas, permitindo acrescentar umas segundas latrinas no piso inferior; com ligação ao *scriptorium* (Fig. 6).

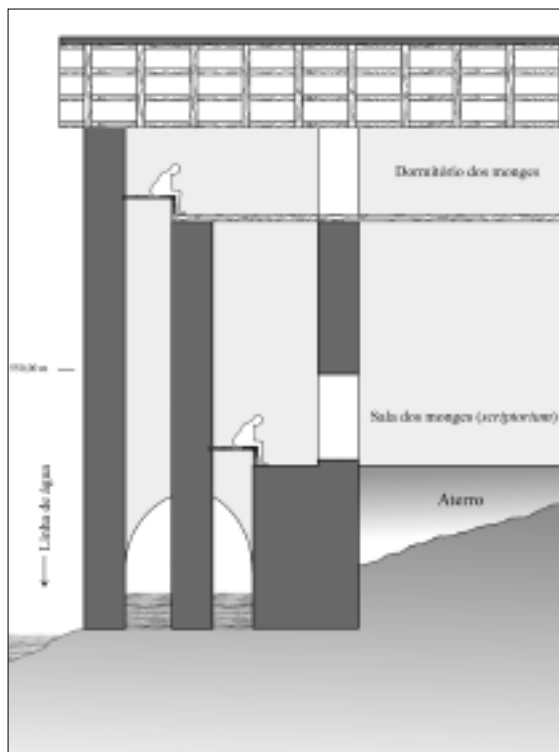


Fig. 6 – Proposta de reconstituição das latrinas da ala dos monges do Mosteiro de S. João de Tarouca segundo corte axial Norte-Sul. © Ilustração de Luís Sebastian

³ Veja-se, a título de exemplo, a reconstituição das latrinas do mosteiro de São Cristóvão de Lafões (Dias e Jorge 1996, 227-240).

2.2. O calefactorium

Colado à ala dos monges, o *calefactorium* correspondia à única sala com aquecimento no complexo. Com relação directa com o *scriptorium*, desta resultava a presença de uma porta de ligação directa entre os dois espaços ou, como nos casos de Fontenay e de S. João de Tarouca, a descentralização da sua porta de ligação ao claustro, tendendo a aproximar-se da porta do *scriptorium*. Pelo facto de possuir, por regra, uma ampla lareira, era excepcionalmente admitido aos monges recorrerem ao *calefactorium* para o exercício do seu labor copista nos períodos mais frios de ano. A este carácter de excepção juntavam-se ainda os enfermos, podendo por consequência resultar aí na criação de pequenos espaços de enfermaria.

Se no caso de Fontenay a enfermaria se encontra mesmo estruturada dentro do volume do *calefactorium*, no caso em análise este apresenta-se como um espaço amplo e desconcertantemente reduzido para o emprego como enfermaria. A ter representado esse papel, tê-lo-á feito de forma apenas remediada e sem capacidade para mais de meia dezena de enfermos em simultâneo.

2.3. O refeitório dos monges

Seguindo-se ao *calefactorium*, o refeitório dos monges posiciona-se perpendicularmente em relação ao meio do claustro, estrategicamente colocado defronte ao lavabo e com comunicação com a cozinha, por sua vez próxima à ala dos conversos por motivos funcionais. A comunicação com a cozinha far-se-ia por meio de uma roda, que podia consistir apenas numa janela de comunicação sem implicar propriamente um dispositivo giratório, como no conceito mais estreito do termo, ou, em sua substituição, por uma porta.

Apesar de os vestígios exumados arqueologicamente não incluírem as ombreiras ou mesmo a soleira desta porta no Mosteiro de S. João de Tarouca, a sua existência fica provada pela sua marca de posição, consistindo esta numa seta bidireccional gravada na silharia sobre a qual foi certamente aberta.

Igualmente patente nos dados recolhidos, a elevação de um tão amplo volume orientado no sentido descendente do terreno, determinado pela presença da ribeira a Norte do complexo, implicou o desnivelamento do seu piso, com rebaixamento da sua metade Setentrional e consequente presença de um degrau transversal. Esta contingência não é, contudo, uma situação invulgar; bastando relembrar a forte inclinação do piso do refeitório de S.ta Maria de

Alcobaça ou, de forma ainda mais assumida, nos pisos escalonados do claustro de Le Thoronet ou mesmo da igreja de Silvane.

Esta contingência será responsável pela primeira campanha de obras após a edificação original detectada pelos trabalhos arqueológicos, consistindo no alteamento da metade Norte do refeitório e nivelamento do piso pela cota da metade Sul, mais elevada, eliminando assim a incómoda presença deste degrau. Infelizmente, os poucos dados recolhidos sobre esta primeira remodelação do refeitório, decorrida no século XIV, não permitiram perceber toda a sua extensão, sendo garantida contudo a reestruturação da cobertura, com o acrescento de dois pilares centrais, no alicerce de um dos quais se recolheu uma nervura, sugerindo que a cobertura original se faria por uma abóbada de cruzaria.

2.4. A cozinha

Obrigatoriamente anexa ao refeitório, a cozinha poderia contar, ou não, com um espaço de despensa no seu extremo oposto à entrada. Obrigatória seria a presença nesse extremo de um vão para escoamento de lixos, que pela natural pendente do terreno, tenderiam a escorrer para a linha de água que aí faria o percurso entre a ala dos monges e a ala dos conversos. De entre as duas soluções, foi a mais simples a adoptada pelo cenóbio tarouquense.

Quanto ao interior da cozinha, este espaço revelou-se dos mais complexos e, pelo elevado nível de destruição geral das dependências monásticas, dos menos inteligíveis arqueologicamente. Identificou-se contudo a lareira onde se daria a confecção dos alimentos, subdividida em duas áreas de trabalho e localizada no canto Sudeste. Impossível de confirmar foi a presença, ou não, de uma porta de ligação ao *auditorium* dos conversos.

2.5. A ala dos conversos

Entrando na ala dos conversos, importa salientar de imediato a discordância de orientação deste volume em relação ao restante complexo monástico. Não sendo arqueologicamente possível confirmar as razões que terão levado a esta deturpação do plano inicial, presume-se que tal se tenha ficado a dever à necessidade de encontrar uma área de afloramento rochoso propício ao assentamento do edifício. Se tal alicerçamento passou, na ala dos monges, pela construção de um possante alicerce com recurso a grandes elementos

graníticos rolados recolhidos no leito dos ribeiros próximos, na ala dos conversos aparenta ter-se assumido uma solução mais prática e menos dispendiosa, com sacrifício da harmonia arquitectónica.

Este facto dificilmente se poderá explicar de forma cabal, no entanto será interessante considerar a função menos nobre deste espaço, normalmente relegado para último na ordem de prioridades construtivas. Se a análise das marcas de canteiro aponta para a quase simultaneidade dos trabalhos de construção entre o edifício da igreja e a ala dos monges, as dissemelhanças entre as marcas observadas na ala dos conversos e as das restantes dependências monásticas parecem indicar um momento de construção mais tardio, reforçado pela recolha no seu alicerce de duas moedas de Afonso II, de emissão entre 1211-1223. É curioso constatar que os vestígios da ala dos conversos de Fontenay, hoje desaparecida, sugeriram igualmente um ligeiro desvio à orientação geral do complexo, ao qual podemos ainda acrescentar o acentuado desvio da ala dos conversos do mosteiro alemão de Santa Maria de Eberbach (Romanini 1991, 418).

Acreditamos contudo que, dada a volumetria e disposição dos edifícios, esta divergência de orientação da ala dos conversos passasse em muito despercebida.

2.5.1. O *auditorium* e o corredor dos conversos

Indisfarçável seria a assimetria dos espaços correspondentes ao *auditorium* e ao corredor dos conversos. Encontrando-se os trabalhos de escavação arqueológica por concluir nesta área, impõe-se já a incapacidade de se identificar claramente os limites do espaço correspondente ao *auditorium*, estando a habitual configuração do corredor dos conversos comprometida, sem que se entenda para já qual a solução alternativa adoptada.

Talvez como consequência deste facto, à solução mais corrente de se situar a porta dos conversos de acesso à igreja no enfiamento deste corredor, impôs-se a sua abertura lateral na fachada da mesma. Se bem que não predominante, vemos esta opção ser tomada em diversos outros mosteiros cistercienses, de entre os quais destacamos os de Silvacane e de Fontenay.

2.5.2. Os dormitórios e as latrinas dos conversos

À semelhança da ala dos monges, o piso superior da ala dos conversos terá correspondido aos dormitórios, por regra providos de latrinas à

semelhança do observado para a ala dos monges. Contudo, no caso do Mosteiro de S. João de Tarouca, é-nos impossível apurar a sua existência no extremo Norte da ala, uma vez que com a reformulação seiscentista dessa metade da ala, o piso foi alteado e os tramos das paredes laterais, que poderiam permitir a identificação dos negativos da presença de uma parede divisória, foram refeitos. Com atenção aos objectivos de musealização supostos no projecto de reabilitação do mosteiro, o respeito pela conservação dos últimos pisos tem sido predominante, com excepcionais sondagens em profundidade. Esta interrogação, que por agora se mantém, seria pois justificativa da realização de uma futura sondagem na área em dúvida.

2.5.3. A tulha e o refeitório dos conversos

Associada a esta dúvida, está a atribuição da função de refeitório dos conversos a esta metade Norte da ala, de acordo com o indicado por Wolfgang Braunfels e Jean-François Leroux-Dhuys, reservando-se a metade próxima à igreja como espaço de tulha. Temos por certa a função de tulha para os séculos XVII-XVIII, o que nos leva a colocar a hipótese de essa ter sido igualmente a solução original, apresentando-se esta disposição dos espaços de refeitório e tulha como uma solução divergente do comumente aplicado noutros mosteiros da ordem. Contudo, a manutenção da porta de acesso a este espaço como ligação para o *auditorium* mantém-se de acordo com o plano tipo, enquanto que à função de tulha estaria associada uma porta de grandes dimensões virada para o exterior; por óbvios motivos funcionais.

Encontrando-se em fase de finalização a escavação da metade da ala dos conversos próxima à igreja, esperamos obter mais dados que nos permitam confirmar a distribuição de funções original, sendo que se encontra já confirmado o corredor de acesso ao exterior convencionado no plano tipo e, contraditoriamente, a presença inesperada de uma estreita porta posteriormente emparedada na metade Norte.

2. 6. O claustro

No centro de toda a organização do complexo monástico, encontramos o claustro, responsável pela distribuição de acessos. Ao centro poderia possuir uma fonte, sendo obrigatório o lavabo virado ao refeitório.

2.6.1. A fonte

No caso do Mosteiro de S. João de Tarouca, os trabalhos de escavação arqueológica estenderam-se ao centro do pátio do claustro, sem que se tenham detectado quaisquer vestígios de fonte, o que se torna desconcertante tendo em conta, pelo menos, a referência documental à edificação de uma fonte no claustro por Frei Prudêncio, abade trienal entre 1594-1597 (Vasconcelos 1933, 392; BNL, Códice 1494, fl. 14).

2.6.2. O lavabo

Quanto ao lavabo, continuam ausentes quaisquer vestígios da sua existência, mas dado o desmantelamento completo do claustro original durante a sua substituição por um novo claustro maneirista por Frei Manuel de Macedo, abade trienal entre 1615 e 1618 (Vasconcelos 1933, 392), põe-se a hipótese da sua eliminação com a consequente sobreposição das terras do pátio, provavelmente ajardinado. Como tal, a identificação do lavabo original que acreditamos ter existido, passará obrigatoriamente pela abertura de uma nova sondagem arqueológica, rompendo o nível de circulação do pátio seiscentista.

2.6.3. As arcadas

Mais consensual é a solução da cobertura das arcadas do claustro, obrigatoriamente simples, de telha sobre estrutura de madeira, como fica patente pelo negativo da imposta de suporte da mesma, visível no alçado Norte da igreja.

Apesar de desmanteladas as arcadas do claustro original, vários elementos arquitectónicos foram reaproveitados no alicerce do claustro maneirista, aos quais se juntam outros tantos recolhidos nos mais diversos contextos, entre os quais se destaca o reaproveitamento pela população local na construção das casas do burgo ou meramente como elementos decorativos.

Assim, podemos registar trinta e cinco elementos arquitectónicos atribuíveis às arcadas do claustro, sendo que doze são aduelas, quatro capitéis, nove fustes, três impostas e sete bases. A partir destes elementos foi então possível reconstituir todo o módulo correspondente aos arcos interiores, com um elevado grau de certeza. Não se possuindo os mesmos elementos para os arcos exteriores e correspondentes pilares, optou-se pela importação dos dados em falta por comparação com o claustro de Fontenay, encorajados pela similitude entre este e os elementos arquitectónicos recolhidos.

De forma a permitir a transposição destes dados comparativos com os já possuídos, e à semelhança do conseguido para a fachada da sala do capítulo, procurou-se compreender o sistema aritmológico que esteve na base do traçado original, com aplicação sobretudo ao nível da reconstituição dos pilares e, consequentemente, da planta.

Dada a relação do ritmo de construção monástica com o fluxo de doações, levando ao usual arrastamento das obras e mesmo longos períodos de interregno, verifica-se em muitos claustros uma clara falta de uniformidade decorativa. Ainda que o sistema modular se mantenha, uma vez definido no plano inicial, a sua execução sujeitava-se às naturais contingências impostas pela descontinuidade do processo, com alteração dos mestres canteiros e, talvez sobretudo, pelo constante ajuste da execução aos recursos financeiros disponíveis. Deste resultava amiúde a drástica redução da complexidade decorativa inicial, sendo o claustro de Fontenay um exemplo desta prática, apresentando para os pilares três soluções: a mais complexa, com adossamento de duas colunas, uma intermédia com a substituição destas colunas pela sua sugestão esculpida nos silhares do pilar e, a mais simples, reduzindo-se o pilar ao seu volume modular.

A informação que possuímos para o claustro do Mosteiro de S. João de Tarouca é insuficiente para podermos afirmar se a mesma heterogeneidade terá aí existido, o que constituiria um factor essencial na determinação do ritmo construtivo desta estrutura.

Assim, optou-se por se proceder ao cruzamento dos elementos arquitectónicos recolhidos com as três soluções observáveis em Fontenay, sendo impossível de determinar a variação da sua aplicação ou, em caso de uniformidade, qual a solução adoptada. Contudo, a solução simples da cobertura de telha sobre madeirame, em substituição de uma abóbada de pedra, sugere a tendência para a simplificação das soluções empregues (Fig. 7).

Infelizmente, à insuficiência dos dados arqueológicos, junta-se a já referida escassez de documentação coeva, tendo como excepção para o claustro o documento publicado por Almeida Fernandes, em que se regista a doação feita por D. Martim Fernandes ao mosteiro “para a obra do claustro”, na forma de três casais na Vila de Várzea e duzentos maravedis (Fernandes 1991, 147, Doc. 168). Infelizmente este documento não apresenta data, podendo-se apenas indicar que a sua integração num cartulário datado de 1141-1266 o situa nesta baliza cronológica.

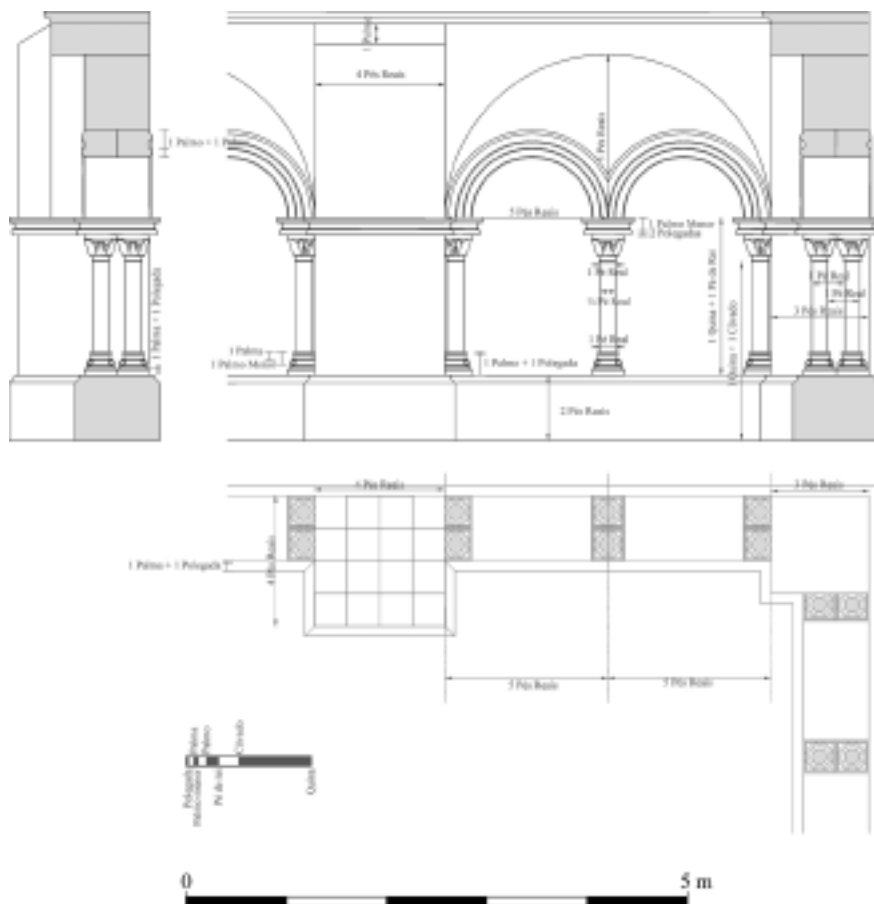


Fig. 7 - Proposta de reconstituição do claustro medieval do Mosteiro de S. João de Tarouca, com anotações aritmológicas, de acordo com a solução mais simplificada presente no mosteiro de Fontenay. © Ilustração de Luís Sebastian

2.6.4. O mandatum

Igualmente substituído durante a reforma maneirista, o *mandatum*, correspondendo a um banco corrido adossado ao alçado da igreja virado ao claustro, seria um elemento certo na solução original. A remoção do *mandatum* seiscentista no segundo tramo do corpo da igreja, resultado da construção anexa de uma habitação durante as primeiras três décadas de século XX,

permite, hoje e após a sua demolição pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais em cerca de 1937, a observação da silharia medieval, onde o adossamento do *mandatum* original se faria. A ausência de quaisquer marcas relacionáveis com a sua presença leva a crer que seria constituído por uma estrutura leve, possivelmente de madeira.

2.6.4. A porta dos monges

Apesar de igualmente desactivada aquando da colocação do *mandatum* maneirista, a porta dos monges, de acesso directo do claustro ao interior da igreja, contaria obrigatoriamente com o necessário conjunto de degraus para vencer a diferença de cota entre estes dois espaços. Apesar de a sua remoção não ter deixado qualquer negativo da sua configuração, podemos calcular o seu número de degraus em cinco, bastando para tal encontrar um número divisor cujo resultado se ajustasse à altura conveniente para cada degrau. Sendo que tal resultado coincide com dois Palmos menores, altura observada para os dois degraus originais conservados na porta da sacristia, podemos com elevado grau de certeza assumir esta suposição.

Já referida, a inscrição que data o início dos trabalhos de construção em 1154 encontrava-se originalmente no tímpano da porta dos monges, contudo, com a construção do claustro maneirista, a sobreposição do piso superior ao arco quebrado desta porta levou a que a inscrição fosse substituída por um tímpano simples, sendo a inscrição então removida para local inserto, encontrando-se hoje no interior da igreja.

2.7. A igreja

Centro do complexo monástico, a igreja do Mosteiro de S. João de Tarouca destaca-se pelo facto de, contrariamente ao observado para a grande maioria dos templos, ter mantido em grande medida o seu cunho medieval, apesar das muitas alterações sofridas durante as reformas maneirista e barroca.

2.7.1. A fachada

Avançando para a actual fachada da igreja, de imediato se destacam as cinco principais acções de que se constituiu a sua remodelação maneirista, da responsabilidade de Frei Baptista de Menezes, abade trienal entre 1642 e 1645 (Vasconcelos 1933, 392; BNL, Códice 1494, fl. 15):



Fig. 8 - Fachada do mosteiro de Fontenay. © Fotografia de Catarina Madureira Villamariz

A primeira consistiu no encobrimento da porta original de arco quebrado, de solução simples sem qualquer emolduramento, por uma frontaria apenas justaposta. Por permitir a observação do arranque do arco medieval, a sua reconstituição revela-se óbvia.

A segunda acção passou pelo emparedamento da já referida porta dos conversos. Ainda que o emparedamento actual seja da responsabilidade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, cremos que este se tenha dado desde esta fase. No entanto, por respeitar a configuração da porta original, em nada alterou a correcta leitura da porta medieval.

A terceira acção implicou a abertura de dois janelões ladeando a frontaria. Sem que possamos ter certezas em relação a estes vãos terem vindo substituir duas janelas pré-existentes na fachada original, esta parece ser a hipótese mais credível, de acordo com a solução mais recorrente nos paralelos observados (Fig. 8).

A quarta acção, e talvez a mais descaracterizadora, passou pela elevação das meias águas laterais, mais baixas na solução original, passando o telhado a apenas duas águas. Culminada com o acrescento de quatro pináculos e uma cruz central, esta alteração permitiu ainda assim a conservação do negativo das

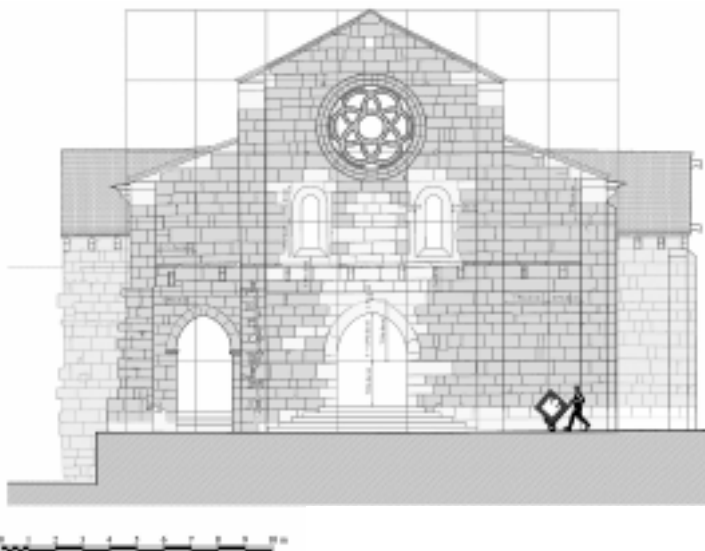


Fig. 9 – Proposta de reconstituição da fachada da igreja medieval do Mosteiro de S. João de Tarouca, com anotação aritmológica do sistema *ad quadratum*. © Ilustração de Hugo Pereira e Luís Sebastian

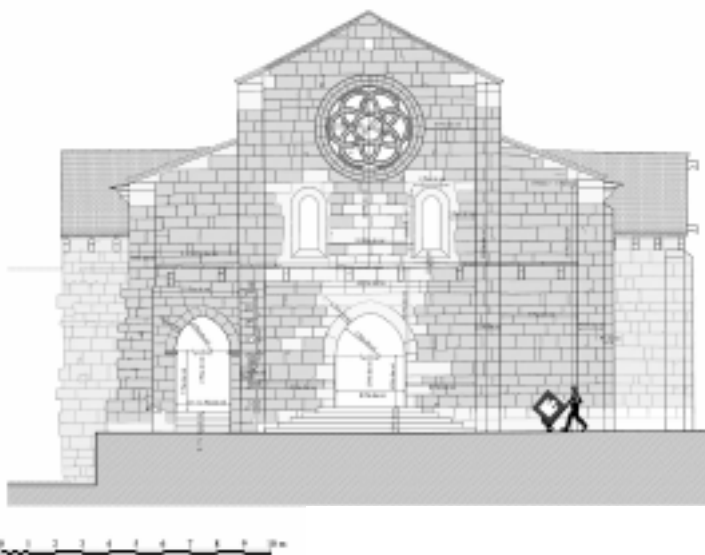


Fig. 10 – Proposta de reconstituição da fachada da igreja medieval do Mosteiro de S. João de Tarouca, com anotação aritmológica de pormenor. © Ilustração de Hugo Pereira e Luís Sebastian

duas meias águas laterais medievais, que em articulação com a leitura da silharia dos alçados laterais Norte e Sul, permite a reconstituição das volumetrias do telhado original com elevado grau de certeza.

A quinta e última acção que salientamos refere-se à eliminação do *nartex*. Consistindo este numa cobertura alpendrada, cobrindo o nível inferior da fachada em toda a sua extensão lateral, os raros exemplares sobreviventes em igrejas cistercienses e a sua diversidade formal tornam difícil a sua reconstituição. Contudo, é possível determinar que, à semelhança da cobertura do claustro, a do *nartex* se faria igualmente por uma simples cobertura de telha sobre madeirame, como sugerido pelo negativo da sua imposta de suporte na fachada. Assim, sugere-se-nos que a solução adoptada seria das mais simples, recorrendo a pilares em detrimento de arcadas, normalmente associadas a coberturas abobadadas (Fig. 9 e 10).

Ainda que não incluída na reforma maneirista da fachada, a elevação da cota de circulação do átrio da igreja, decorrida na viragem do século XIX para o século XX, veio eliminar a escadaria da porta central e diminuir em altura a porta dos conversos e, obviamente, toda a fachada. A abertura de uma sondagem entre ambas as portas permitiu contudo confirmar a cota original de circulação, a permanência do alicerce das escadas da porta central, que cruzado com a análise aritmológica nos indica cinco degraus e, para a porta dos conversos, a presença da soleira ao nível do exterior; o que nos leva a pôr a hipótese de os degraus necessários a vencer a diferença de cota entre o interior da igreja e o *nartex* se estenderem interiormente.

2.7.2. O piso interior

Entrando na igreja, a relação do seu piso com as portas, e sobretudo com a análise aritmológica do corpo do edifício, apontam para que a sua cota actual não se diferencie muito da cota original. Sendo o lajeado actual da responsabilidade da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, admitimos que o seu assentamento possa se ter desviado apenas ligeiramente do piso que pretendia substituir. A altura dos pilares dos arcos dos tramos das naves laterais, pelo seu enquadramento aritmológico, seria de esperar que apresentassem a altura de oito Pés de rei, registando-se contudo variações de seis a dez centímetros a menos. Pondo-se então a hipótese de a cota original poder-se encontrar, no máximo, até dez centímetros abaixo da cota actual, consoante as naturais irregularidades do lajeado, ressalta o facto de a soleira da

porta para as escadas de acesso aos dormitórios dos monges se encontrar; de facto, ligeiramente abaixo do lajeado, assumindo a sua posição correcta com tal rebaixamento do piso.

2.7.3. O transepto

Situando-nos no centro do transepto da igreja, chama-nos de imediato a atenção a forte luminosidade provinda do janelão barroco aberto no braço Sul. A sua contraposição com o braço Norte do transepto deixa adivinhar facilmente que este é um vão que veio alargar uma exígua janela medieval, cujo contraponto se conserva ainda do lado Norte, contribuindo em conjunto para que a atmosfera do transepto fosse, originalmente, mais recatada.

Ainda em relação à abertura deste janelão barroco no braço Sul do transepto, é curioso notar que a sua função passava igualmente por fornecer alguma iluminação, ainda que reduzida, às escadas para os dormitórios dos monges, tendo-se para tal rasgado uma janela quadrangular na metade Oeste do extremo do braço Norte do transepto⁴. Apesar de actualmente este vão se encontrar emparedado pelas obras da Direcção geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a sua abertura alerta-nos para a então provável reduzida iluminação das escadas dos dormitórios, na solução medieval garantida apenas por uma abertura no alçado Oeste da ala dos monges, que de acordo com os paralelos observados, corresponderia simplesmente a um vão similar às janelas das celas dos dormitórios, ainda que alteada dentro dos limites impostos pelas coberturas dos dormitórios e do claustro.

A juntar às duas janelas dos braços do transepto, contaríamos ainda com uma janela similar aberta ao nível superior, perfurando a abóbada e virada a Este. Dado o actual reboco da cobertura abobadada, este vão não é visível pelo interior; devendo ter sido eliminado aquando da construção do volume correspondente à nova sacristia, no século XVIII, sendo por isso apenas observável a partir do telhado desta. Curiosamente, a análise da mesma área no braço contrário do transepto, a Sul, não denuncia ter existido alguma vez uma janela correspondente, pelo que, mesmo perante a ideia de assimetria que este factor representaria, somos forçados a avançar com a hipótese de este vão ser único,

4 A abertura desta janela no século XVIII, dada a sua posição excêntrica em relação ao alçado do braço Norte do transepto, levou a que na busca pela simetria fosse acrescentada uma segunda janela idêntica na metade Este da parede, ainda que falsa, dada a sua face exterior se encontrar virada para o interior dos dormitórios.

talvez explicado pela necessidade de iluminar a área defronte às portas para a sacristia original e para as escadas de acesso aos dormitórios dos monges.

2.7.4. A porta da sacristia

Concentrando-nos exactamente nessa área, são várias as alterações levadas a cabo no período barroco. À parte a abertura de nova porta para a sacristia barroca que veio em substituição da original, feita no extremo da parede Este do braço Norte do transepto, a porta para a sacristia substituída foi totalmente encoberta por um painel de azulejos figurativos (Castro e Sebastian 2003), sendo observável apenas pelo exterior, onde é evidente o emprego de cinco degraus de dois Palmos menores para vencer a diferença de cota entre a igreja e a exígua sacristia.

2.7.5. A porta para os dormitórios dos monges

A porta para os dormitórios foi naturalmente mantida, sendo a sua moldura apenas disfarçada interiormente pela justaposição de uma nova, ao gosto barroco. Pelo exterior, observa-se que o seu tímpano foi removido e que a ombreira oriental foi recuada, alargando este vão, originalmente de quatro Pés de rei e meio de largura.

2.7.6. A porta dos mortos

Voltando-nos para o braço Sul do transepto, o acrescento de um retábulo de talha dourada barroco veio cobrir a porta dos mortos, de acesso ao espaço cemiterial localizado na área a Sul da igreja. Sendo por isso apenas observável pelo exterior, esta porta dos mortos apresenta a largura de três Pés de rei e meio.

A sua altura exige contudo alguma reflexão: apresentando actualmente aproximadamente seis Pés de rei de altura, esta não deve corresponder à sua altura original, dado a cota exterior actual do terreno ter sido ligeiramente alteada pela colocação de um empedrado pela Direcção geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, posteriormente mantida aquando da sua substituição por paralelos, já pelo Instituto Português do Património Arquitectónico em 1998. Se considerarmos a cota de circulação interna da igreja, sobretudo retirando os aproximadamente dez centímetros provavelmente acrescentados na colocação do actual lajeado, sugere-se-nos que a altura original desta porta dos mortos se faria pelos sete Pés de rei. Por sua vez, a proximidade deste valor ao

módulo de oito Pés de rei que esteve por base na concepção da igreja, obrigamos ainda a colocar a hipótese de que esta medida padrão poderia ser naturalmente a procurada, obrigando no entanto neste caso ao rebaixamento da soleira da porta em relação à cota interior da igreja!

2.7.7. O cemitério

Sendo o espaço cemiterial a Sul da igreja de uso exclusivo da comunidade monástica, o privilégio de muitos doadores se fazerem enterrar no mosteiro far-se-ia em áreas como as galerias do claustro e o *nartex*. Dada a acentuada pendente do terreno no sentido do cruzamento das linhas de água sobranceiras ao mosteiro, o enterramento dos monges nesta área submeter-se-ia à contingência de se adaptar a esta desconfortável situação, pelo que talvez por isso viemos a detectar, numa sondagem realizada no interior da sacristia barroca, um segundo espaço de enterramentos medieval a Norte da capela-mor.

À parte esta possível explicação para uma segunda área de enterramentos, fugindo à organização bernardina, a detecção destes enterramentos, estendendo-se mesmo para trás da capela-mor, coloca-nos a interessante questão de tal prática vir contra o preceito geral de se fazer enterrar o corpo de pés para oriente e em área frontal ao altar. Sem que possamos avançar com uma explicação fundamentada, sugere-se-nos a hipótese de estarmos perante um acto simbólico de abnegação por parte dos religiosos que aqui se fizeram enterrar (?).

2.7.8. A capela-mor

Ainda que a capela-mor se estenda para além desta área de enterramento, o seu cumprimento actual deve-se ao acréscimo que sofreu pela mesma altura da construção da sacristia barroca. Sem que as escavações arqueológicas nos tenham fornecido novos dados, a leitura de paramentos é suficiente para se concluir esta remodelação, incompatível com o modelo medieval.

A configuração quadrangular da capela-mor original é-nos imposta pela obrigatória consonância com as capelas laterais, de planta recta (Macedo 2000, 309-342). Já a sua profundidade é-nos apenas sugerida aritmológicamente, com uns muito prováveis três módulos de oito Pés de rei a partir do transepto (Jorge 1997, 455), resultando em aproximadamente metade do comprimento actual.

Já descrito o sistema de iluminação do transepto, avançamos para a iluminação da capela-mor sabendo que a solução encontrada em vários mosteiros cistercienses, como Fontenay, de abrir várias janelas no pano resultante da diferença de altura entre a abóbada do corpo da igreja e a da capela-mor, não se aplicou no Mosteiro de S. João de Tarouca, dado essa diferença ser aí reduzida.

Dada a total eliminação do alçado Este da capela-mor no século XVIII, não possuímos hoje quaisquer dados concretos sobre os vãos que, certamente, se abririam a iluminar o altar. Procurando a solução nos paralelos existentes, não fugiríamos muito à proposta já avançada por Virgolino Jorge (Jorge 1997, 444), ainda que tenhamos que ter em conta a multiplicidade de soluções conhecidas.

2.7.9. As capelas laterais

Virando a nossa atenção para as capelas laterais, é possível constatar nos registos gráficos da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, prévios à sua intervenção nestes dois volumes, que no século XVIII, com a construção da nova sacristia, a capela lateral Norte foi reduzida em profundidade, permanecendo apenas a área suficiente para a justaposição de um altar com retábulo de talha dourada dedicado a S. Bento. Por motivos de simetria exterior, a mesma redução foi imposta à capela lateral Sul, recebendo por sua vez um altar com retábulo de talha dourada dedicado a S. Bernardo.

Seguindo o princípio de reposição da configuração medieval, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais reconstruiu a capela lateral Sul e recuperou parcialmente a profundidade da capela lateral Norte, limitada pela presença do edifício da sacristia barroca. Se por isso nesta não foi possível repor a janela que certamente possuía na sua forma original, na capela lateral Sul esta janela foi reconstituída, servindo-lhe de modelo as janelas laterais do corpo da igreja. Sem possuímos outros dados, não encontramos razões para suspeitar que esta opção se encontre longe da verdade (Fig. 11).

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao Dr. Rui Maneira Cunha o precioso apoio prestado na área da análise aritmológica. À Dra. Catarina Madureira Villamariz agradece-se a disponibilização dos registos fotográficos do mosteiro de Fontenay, a Maria Luísa Salgado Ferreira o acesso ao acervo fotográfico de Marçal

Brandão, e a Joaquim Cabral, da casa de fotografia Kimagem, a reprodução de parte dos registos fotográficos do princípio de século XX, sem os quais o trabalho realizado não teria sido possível.

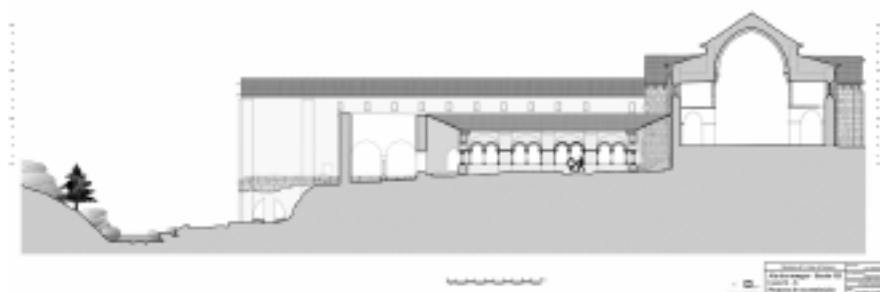


Fig. 11 - Proposta de reconstituição da ala dos monges do Mosteiro de S. João de Tarouca.

© Ilustração de Hugo Pereira, Cristina Guimarães e Luís Sebastian

Bibliografia

- BARROCA, Mário Jorge. 2000. *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II, Tomo I.
- BARROCA, Mário Jorge; Sebastian, Luís; Castro, Ana Sampaio e. no prelo. Um “anel de oração” de século XIII no Mosteiro de S. João de Tarouca. *Arqueologia Medieval*.
- BRAUNFELS, Wolfgang. 1975. *La arquitectura monacal en Occidente*. Barcelona: Ed. Barral.
- CASTRO, Ana Sampaio e; Sebastian, Luís. 2002. A intervenção arqueológica no mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. *Estudos/Património*, n.º 2: 33-42.
- CASTRO, Ana Sampaio e; Sebastian, Luís. 2002. Resultado preliminar da intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2002. *Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Espaço, Espírito e Poder*: 163-187.
- CASTRO, Ana Sampaio e; Sebastian, Luís. 2003. A faiança de revestimento dos séculos XVII e XVIII no Mosteiro de S. João de Tarouca (Intervenção arqueológica 1998-2001). *Estudos/Património*, n.º 4: 168-179.
- A CASTRO, Ana Sampaio e; Sebastian, Luís. 2005. Les marques lapidaires du monastère cistercien de S. João de Tarouca (Portugal). *Actes du XIVe Colloque International de Glyptographie de Chambord* : 399-422.
- B CASTRO, Ana Sampaio e; Sebastian, Luís. 2005. Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca. *Estudos/Património*, n.º 8: 203-211.
- CASTRO, Ana Sampaio e; Sebastian, Luís. 2006. A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998 - 2006. *Actas do Seminário Internacional Tarouca e Cister - Homenagem a Leite de Vasconcelos*: 125-166.
- CUNHA, Rui Maneira. 2003. *As medidas na Arquitectura, séculos XIII-XVIII, o estudo de Monsaraz*. Casal de Cambra: Edições Caleidoscópio.
- DIAS, Carlos Correia; Jorge, Virgolino Ferreira. 1996. Rede hidráulica da abadia cisterciense de São Cristóvão de Lafões (São Pedro do Sul). *Actas do Simpósio Internacional Hidráulica Monástica Medieval e Moderna*: 227-240.
- FERNANDES, A. de Almeida. 1991. *Taroucae Monumenta Histórica. I Livro das doações de Tarouca*. Tarouca: Câmara Municipal.
- JEANIN, Emmanuelle. 2004. *Chantiers d'Abbayes*. Moisenay: Éditions Gaud.

- JORGE, Virgolino Ferreira. 1997. Arquitectura, medida e número na igreja cisterciense de São João de Tarouca (Portugal). *Cistercivm*, n.º 208: 431-456.
- LACERDA, Aarão de. 1914. *Chronicas de Arte*. Porto: Tipografia da Renascença Portuguesa.
- LAULE, Bernhard y Ulrike. 1996. *La arquitectura románica en Francia*. Madrid: Ed. Konemann: 120-177.
- LEROUX-DHUYS, Jean-François. 1999. *Las abadías cistercienses, História e Arquitectura*. Paris: Ed. Konemann.
- MACEDO, José António Mendonça dos Anjos Sousa. 2000. A gramática da forma das igrejas cistercienses. *Actas do Colóquio Internacional Cister - Espaços, Territórios, Paisagens*, Vol. I: 309-342.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. 1998. *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Ed. Colibri.
- MOREIRA, ab.Vasco. 1911. A igreja de S. João de Tarouca (sarcófago do conde de Barcelos). *Arte, Archivo de Obras d'Arte*, n.º 74: 15-16.
- PERES, Damião. 1929. *História de Portugal: Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade*. Barcelos: Portucalense Editora. Vol. II.
- ROMANINI, A. M. 1991. Santo Bernardo di Chiaravalle: Bernardo e l'arte. *Enciclopedia dell'Arte Medievale*. Roma: Instituto della Enciclopedia Italiana: 416-422.
- TORRE RODRIGUEZ, José Ignacio de la. 1999. Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro. *Cister no Vale do Douro*. G.E.H.V.I.D. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento: p. 69-116.
- VASCONCELOS, José Leite de. 1933. *Memórias de Mondim da Beira*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- VASCONCELOS, Joaquim de. 1992. *Arte românica em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.